

CIRCULAR DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA - MOÇAMBIQUE
AUTORIDADE DE AVIAÇÃO CIVIL DE MOÇAMBIQUE
DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E NAVEGAÇÃO AÉREA
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AERONÁUTICA

Tel: (258) 21-465416
Fax: (258) 21-465415
AFTN: FQHQYSYX
[**iacm@tvcabo.co.mz**](mailto:iacm@tvcabo.co.mz)
[**ais@iacm.gov.mz**](mailto:ais@iacm.gov.mz)
[**www.iacm.gov.mz**](http://www.iacm.gov.mz)

ALAMEDA DO
AEROPORTO
Caixa Postal 227 - Maputo



AUTORIDADE DE AVIAÇÃO CIVIL DE MOÇAMBIQUE

CIA-Nacional
17/20
02 de Dezembro

NOTICIA

MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO FACE A PANDEMIA DO COVID-19 NA
AVIAÇÃO CIVIL

1. OBJECTIVO

A presente CIA visa a publicação das restrições de índole sanitária e outras medidas preventivas em vigor no sector da Aviação Civil, enquanto vigorar a Situação de Calamidade Pública, no território Moçambicano, com vista a concretização e operacionalização de medidas urgentes de excepção, necessárias, adequadas e proporcionais à situação para prevenir a propagação da pandemia do COVID-19 salvaguardando a vida humana, a saúde pública e assegurando o funcionamento adequado dos serviços no sector do transporte aéreo, emanadas do Decreto nº 102/2020 de 23 de Novembro que operacionaliza a Lei nº 10/2020 de 24 de Agosto.

2. ÂMBITO e APLICABILIDADE

A presente CIA é emitida no âmbito da declaração da Situação de Calamidade Pública, para prevenção e contenção da propagação da pandemia da COVID-19, emanadas em particular nos artigos 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13 e 34, do Decreto nº 102/2020 de 23 de Novembro, aprovado ao abrigo do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 33 da Lei nº 10/2020 de 24 de Agosto.

Estas medidas, aplicam-se a todas companhias aéreas Nacionais e Estrangeiras detentoras ou não de uma Licença, Certificado ou Autorização emitida pelo IACM e os Aeroportos de Pemba e Mocímboa da Praia, Província de Cabo Delgado; de Lichinga, Província de Niassa; de Nampula e Nacala, Província de Nampula; de Quelimane, Província da Zambézia; de Chingodzi, Província de Tete; de Chimoio, Província de

Manica; da Beira, Província de Sofala; de Inhambane e de Vilanculos, Província de Inhambane; e de Maputo na Cidade de Maputo, por forma a mitigar a propagação da pandemia da COVID-19 no território Nacional.

3. REFERÊNCIAS

Lei nº 10/2020 de 24 de Agosto.

Decreto nº 102/2020 de 23 de Novembro.

4. DESCRIÇÃO

Tendo em consideração a necessidade de adopção de medidas de prevenção e mitigação associadas ao combate à disseminação do Covid-19, o IACM nos termos da alínea p) do número 1 do artigo 9 do seu estatuto orgânico, determina as seguintes medidas preventivas:

4.1 AUTORIZAÇÃO DE VOOS

4.1.1 São autorizados a retoma de voos regulares de transporte de passageiros e cargas em regime de reciprocidade para os seguintes países:

- a) Portugal;
- b) Turquia;
- c) Qatar;
- d) Etiópia;
- e) kenya;
- f) Angola;
- g) França; e
- h) Todos os países da SADC.

4.1.2 As companhias aéreas dos demais países podem manifestar o interesse de voar para Moçambique através de canais diplomáticos.

4.1.3 À excepção de aeronaves em situação de emergência, os voos a seguir mencionados, devem obter uma pré-autorização da Aviação Civil e Autoridades Diplomáticas de acordo com a parte GEN 1.2 do AIP de Moçambique:

- 1) Voos de transporte de passageiros e carga;
- 2) Voos de interesse do Estado;
- 3) Aterragens técnicas;
- 4) Em missões humanitárias;

- 5) Evacuações médicas;
- 6) Voos de repatriamento;
- 7) Voos das Nações Unidas.

4.1.4 Os serviços ATS em rota estão disponíveis e os operadores aéreos podem usar aeródromos de Maputo, Beira e Nacala como alternantes.

5. MEDIDAS PREVENTIVAS PARA TRIPULAÇÕES E PASSAGEIROS DE ENTRADAS INTERNACIONAIS

5.1 .1 Estão sujeitos ao regime de quarentena domiciliária obrigatória de 14 dias consecutivos todos os passageiros que tenham tido contacto directo com casos confirmados da COVID.

5.1.2 Todos os passageiros que estejam a chegar ao país devem:

- a) Apresentar um comprovativo de teste de Reacção em Cadeia da Polimerase (PCR) com resultado negativo ao SARS-CoV-2, realizado no país de origem nas últimas 72 horas antes da partida, ficando isentos de regime de quarentena.
- b) Ser submetidos ao isolamento obrigatório, quando o teste realizado à entrada no país seja positivo, segundo as normas das autoridades sanitárias.

5.1.3 Os passageiros com infecção pelo SARS-CoV-2 estão sujeitos ao seguinte regime:

- a) Isolamento domiciliário obrigatório, se não tiverem critérios médicos para o internamento.
- b) Isolamento institucional ou internamento em estabelecimento de saúde apropriado para fins terapêuticos, se tiverem critérios médicos para o internamento definido pelas autoridades competentes.
- c) Os critérios para a alta do isolamento domiciliar são definidos pelo Ministério que superintende a área da Saúde.

5.1. 4 A violação do disposto na alínea b) no número 5.1.2 dá lugar ao confinamento em domicílio ou estabelecimento adequado, com objectivos preventivos.

5.1. 5 A validade do teste de PCR para SARS COV-2 é de 14 dias, contados a partir da data de colheita da amostra, para os passageiros de nacionalidade moçambicana ou estrangeira que necessitam de entradas múltiplas no país num curto espaço de tempo ou que façam uma viagem de curta duração ao exterior.

5.1. 6 Os passageiros nacionais que estejam a regressar de viagem e que não apresentem o teste PCR para SARS COV-2 válido, ficam sujeitos ao regime de quarentena ou sujeitam-se ao teste às expensas próprias.

5.1. 7 As crianças dos 0 aos 11 anos de idade ficam isentas de apresentar o teste da COVID-19 ao entrar no território nacional.

5.2 MEDIDAS DE PREVENÇÃO A BORDO DAS AERONAVES

- a) É obrigatório o uso de máscara pelos tripulantes e passageiros a bordo da aeronave.
- b) As medidas de distanciamento social devem ser implementadas tanto quanto possível a bordo da aeronave.
- c) As aeronaves devem ser equipadas com um ou mais *kits* de precaução universais, que devem ser usados para proteger os tripulantes que estão ajudando casos potencialmente infecciosos de suspeita COVID-19 e na limpeza e descarte correto de qualquer conteúdo potencialmente infeccioso.

5.3 DESINFECÇÃO DA AERONAVE E MANUSEAMENTO DA CARGA

- a) É obrigatória a desinfecção total da aeronave, com recurso a substâncias adequadas para uso na aviação, após cada voo.
- b) É obrigatória a desinfecção apropriada dos passageiros e da carga antes do embarque ou carregamento na aeronave.

Nota 1: Substâncias devem conter entre 62% a 71% de álcool etanol, 0,5% de peróxido de hidrogénio ou Hipoclorito de sódio a 0,1% e a adequação das substâncias deve ser verificada em relação à documentação dos fabricantes das aeronaves.

- c) O operador deve garantir que a aeronave esteja totalmente limpa e desinfetada o mais tardar 24 horas após a partida de um aeroporto localizado em uma área afectada e com alto risco de transmissão e infecção do COVID-19.
- d) Os operadores aéreos estrangeiros podem implementar diferentes frequências de desinfecção com base em uma avaliação de risco que leva em consideração as circunstâncias operacionais e a duração do efeito desinfetante da substância utilizada, não obstante também devem verificar o mínimo o plasmado em 5.2 a) e b) desta CIA.
- e) O IACM deve garantir a aplicação das medidas emanadas na presente CIA, supervisionando os operadores de aeronaves envolvidas no transporte aéreo comercial de passageiros e carga em conformidade com regulamentos nacionais, em todos aeroportos, principalmente dos voos provindos de países afectados e com alto risco de transmissão da infecção por COVID-19.

- f) Os operadores aéreos devem notificar a Autoridade da Aviação Civil e de Saúde por escrito sobre todos os casos suspeitos e ou confirmados, à chegada ou a partida.

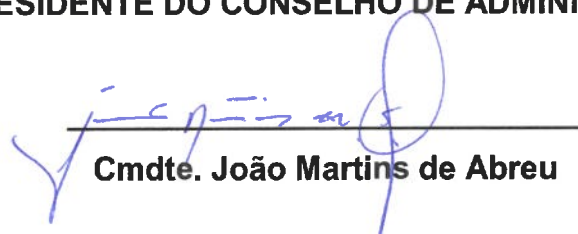
6. DATA DE ENTRADA EM VIGOR

A presente CIA entra em vigor na data da sua publicação

Esta Circular substitui a CIA 13/20 de 11 de Setembro

AUTORIDADE DE AVIAÇÃO CIVIL DE MOÇAMBIQUE

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Cmdte. João Martins de Abreu